

11 JUN 2001

Luiz Cláudio de Sousa\*

# Nós e o Senado Federal

A crise política encenada nos salões senatoriais traz ao País ao mundo da cidadania democrática, revitalizando o papel do indivíduo no diálogo do poder. Porque o poder, este fenômeno das relações humanas, não acolhe a sujeição absoluta de quem está comandado. Assim o imaginavam os absolutistas, cuja ferramenta de ordem foram seus falíveis sistemas de força.

Contrariamente ao que se pode prematuramente pensar, se existe uma relação de subordinação no poder, o superior não está livre dos efeitos da reação do seu subordinado, mormente nas estruturas democráticas em que, por definição, as razões entre governo e governados se medem, respeitam-se e limitam-se. O bom político é justamente aquele que entende assim o poder e sua expertise é conduzir-se entre titulares da máquina pública e a massa

popular, convergindo-os.

A incomum exposição da nudez política ao público, em véspera de eleição, eleva o valor da opinião do homem comum. O olhar pesado do cidadão sobre o espetáculo multimídia veiculado acaba por formar um júri popular que sentenciará o futuro público dos protagonistas do dia. Os conchavos comuns da politicagem nunca estiveram tão difíceis de serem concluídos, afiançar nomes e posturas merecem estudos *strictu sensu* de estratégia.

Os fatos que fomentam o descrédito na classe política se sucedem geometricamente e mesmo sendo alcunhados, por alguns, de denunciismo irresponsável, o resultado já é a pressão popular pressentida nos corredores e gabinetes. A crise na Câmara Alta, nosso Senado Federal, dá esperança ao observador atento de que não há mais espaço para vitaliciedade política, que o interesse público não contemporiza

com índoles privatistas predatórias e que a legalidade dos intrumentos está sendo habilmente manuseada para garantia da legitimidade.

Mas a pergunta que deve ser respondida por todos nós, os cidadãos, é: nesta horas pressionamos pelo o quê? Por um puritanismo como código de conduta dos políticos? Por uma gestão pública honesta e eficiente? Pelo cumprimento do decoro esperado de um parlamentar? Pressionamos cegamente, movidos por um instinto político, contra algo que vem corroendo as instituições do País?

Solucionar a estas e outras inúmeras questões, abandonando sensações abstratas de um inconformismo guiado por informações fragmentadas e tendenciosas, corresponde justamente ao papel do governado na relação nuclear do poder e é retrocesso social negligenciar o trabalho de definir os erros e expectativas coletivas. A

grande maioria dos populares espectadores consegue narrar as cenas novelescas da política, dar respostas padrão de reforma e indignação, mas estão longe de sintetizar os eventos, suas consequências, e de divisarem seu papel ativo no enredo do mais grave capítulo da História do Senado.

O político habilidoso, todavia, ciente desta nossa cultura de cidadania e nossa inabilidade em organizar reações, conhece como manter-se vivo nas casas do poder público, porque agirá praticando a admoestação, com conteúdo ético mínimo, de Hamlet à sua mãe:

*Finge uma virtude se não a tem.*

Esse monstro, o costume, que devora todos os sentimentos, sendo um demônio quanto aos hábitos, é um anjo porque para executar ações boas e belas nos dá, do mesmo, um hábito ou uma libré que vestimos sem dificuldade.